

Em atenção à solicitação de análise do **Plano de Contingência do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**, a Comissão Permanente de Monitoramento Epidemiológico da UFSC destaca que tal apreciação deve considerar, além dos critérios epidemiológicos, as necessidades apontadas pelos pais, pelos professores e por toda comunidade escolar. É certo que o fechamento das escolas provoca impactos negativos relevantes na aprendizagem, na evasão escolar, na renda familiar e no aprofundamento das desigualdades sociais. Crianças fora da escola têm maior risco de sofrer violência, de insegurança alimentar e de apresentar problemas de saúde mental. Tais aspectos são ainda mais negativos entre as crianças mais pobres, com necessidades especiais, institucionalizadas ou pertencentes a grupos minoritários. Por isso é essencial que gestores e demais atores atuem fortemente para viabilizar as condições sanitárias que permitam segurança na abertura dos espaços educacionais.

Diante deste cenário de profundos impactos sociais, aliado às informações de que, quando comparadas com adultos e idosos, crianças apresentam em geral quadros menos severos da doença e menor risco de morte, organizações internacionais têm indicado a importância da abertura das escolas. Entretanto, para que isso seja possível, é também necessário que seja oferecido um ambiente seguro e adequado tanto para as crianças quanto para a comunidade. Apesar de o risco comparativo de covid-19 ser menor entre crianças e adolescentes, é importante registrar que ele existe e merece muita atenção. Além disso, o risco não deve ser observado de forma dicotômica entre viver e morrer. Já há significativo acúmulo de evidências científicas que mostram a existência de efeitos negativos da covid-19 entre sobreviventes, inclusive entre menores de idade. Assim, a infecção de qualquer indivíduo pelo SARS-CoV-2 não deve jamais ser minimizada ou tomada como inexorável.

Nesse sentido, destaca-se que **mesmo países com elevada cobertura vacinal entre adultos e idosos têm apresentado alta prevalência de infecção pelo SARS-CoV-2 entre crianças e adolescentes e expressivo acréscimo de casos graves nesse grupo etário.** Tal cenário tem sido associado à expansão da variante Delta, cuja transmissibilidade é mais de duas vezes superior à versão original do vírus. Essa variante tem se expandido

de forma acelerada no território brasileiro, inclusive em Santa Catarina, e tal cenário exige muita cautela, ampliação da vigilância e ações públicas para diminuir a circulação do vírus.

Uma vez havendo condições comunitárias para a retomada das atividades educacionais, é preciso minimizar o risco de transmissão do SARS-CoV-2 dentro da escola e em ambientes associados a ela. Deve-se evitar que esses espaços ofereçam riscos a seus usuários e que atuem como amplificadores da transmissão do vírus na comunidade. Tal ganho de segurança só pode ocorrer mediante a adoção de planos de contingência apoiados nas melhores evidências científicas e guiados pela busca de segurança a estudantes e profissionais da educação. Além disso, eles também precisam ser apoiados por medidas mais amplas nos âmbitos local e regional. A partir deste contexto a Comissão se manifesta, destacando os seguintes pontos:

1. Toda a equipe da escola deve estar obrigatoriamente imunizada com as duas doses da vacina (ou uma dose, no caso da vacina de dose única), além de ter transcorrido ao menos 15 dias da conclusão do esquema vacinal.
2. É necessário que, após a reabertura física dos espaços educacionais, siga-se monitorando o cenário de disseminação do vírus na comunidade e o adoecimento de pessoas. Em particular, recomenda-se a observância do número de casos novos por 10.000 habitantes nos últimos 14 dias no município e o percentual de positividade dos testes diagnósticos de covid-19 no mesmo período. Em caso de alta transmissão e agravamento do cenário epidemiológico recomenda-se a suspensão das aulas até a queda sustentada no surgimento de casos novos e na positividade dos testes.
3. É essencial que se viabilizem ambientes muito ventilados nos espaços educacionais. Assim, a administração e os profissionais devem atuar para que todos os espaços utilizados na unidade escolar estejam obrigatoriamente abertos, preferencialmente portas e janelas, criando corredores de ventilação. A depender da sala, deve ser avaliada a

necessidade de ventilação forçada e filtragem de ar particulado de alta eficiência. Sugere-se que a instituição realize simulações e monitoramento de saturação de CO₂ para orientar sobre a capacidade de renovação do ar no ambiente e a lotação viável da sala.

4. Nesse sentido, é importante ter clareza de que a medição de temperatura tem muito baixa sensibilidade para identificação de casos de covid-19. Da mesma forma, ainda que superfícies devam ser higienizadas como rotina de uma escola, ressalta-se que o vírus é transmitido por via aérea, principalmente por meio de aerossóis. Assim, o distanciamento físico é necessário e desejável para evitar contágio por gotículas, mas os aerossóis circulam por todo o espaço, sendo, por isso, essencial o uso de máscara e a ampla ventilação - mesmo se as pessoas estiverem distantes umas das outras.
5. Devem ser disponibilizadas e utilizadas por todos os profissionais máscaras de alta qualidade, obrigatoriamente do tipo PFF2. Este tipo de máscara é uma medida importante na contenção do contágio pelo SARS-Cov-2. Também estudantes devem utilizar máscaras no ambiente escolar, sendo necessário que elas estejam bem adaptadas à face e trocadas com periodicidade condizente com o seu modelo. Visitantes devem sempre utilizar máscaras e ser limitados ao mínimo necessário para o funcionamento da unidade. Os pais devem aguardar no espaço externo à escola quando da chegada e saída dos estudantes.
6. Os trabalhadores das unidades educacionais devem ser devidamente capacitados quanto ao uso correto, armazenamento, verificação de integridade física e descarte/substituição das máscaras PFF2, haja vista se tratar de um equipamento de proteção individual. Esta capacitação também pode ser oferecida pelo setor de segurança do trabalho da UFSC.
7. Devem ser priorizadas atividades externas durante a maior parte do tempo possível. A criação de bolhas é uma estratégia importante a ser

adotada, por meio dela diminuindo-se a quantidade de pessoas com que cada membro da comunidade escolar tenha contato.

8. A refeição das crianças deve ser feita preferencialmente em área externa, sem comunicação entre turmas. A remoção de máscaras para alimentação em ambiente fechado aumenta o risco a todos os usuários do espaço.
9. Aulas de música e de educação física em ambiente fechado são de alto risco. Assim, ambas são desaconselhadas na presente situação. Caso haja amplo espaço aberto para sua execução, um protocolo que oriente tais atividades deve ser apresentado.
10. É necessário detalhamento do monitoramento de casos suspeitos, dos casos confirmados e de seus contatos no ambiente escolar. Os casos suspeitos ou confirmados devem ser afastados pelo período recomendado pela autoridade sanitária local. A unidade educacional deve ter um protocolo claro de registro dos casos e de comunicação imediata aos pais de toda escola quando um membro for diagnosticado com covid-19 ou estiver com suspeita e aguardando confirmação. Da mesma forma deve haver rígida definição de surto escolar que, eventualmente, leve à suspensão das aulas de toda unidade. Por fim, sugere-se o uso de testes rápidos e articulação com a vigilância epidemiológica de Florianópolis.
11. É necessário que haja transparência dos registros do monitoramento para os pais, comunidade escolar e sociedade em tempo real. Sugere-se que a escola estruture uma estratégia clara e ágil de comunicação com os pais e a comunidade escolar acerca do andamento das atividades e o comportamento da covid-19 no ambiente escolar.
12. Sugere-se que haja, idealmente, política escolar de testagem ativa de casos assintomáticos e testagem de contatos. Ressalta-se que há transmissão do vírus desde o período pré-sintomático e também por

pessoas não sintomáticas. Além disso, cabe lembrar que crianças transmitem o vírus e podem adoecer.

13. Também se recomenda fortemente que se realizem seminários online e se produzam materiais educativos para disseminar e detalhar as informações do item 4 a pais, profissionais da educação e estudantes em idade compatível. Da mesma forma, é importante que as informações do protocolo da unidade educacional sejam difundidas a esses atores e à sociedade em geral.

 Documento assinado digitalmente
Alexandra Crispim da Silva Boing
Data: 12/08/2021 11:43:22-0300
CPF: 039.146.819-77
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

 Documento assinado digitalmente
Fabricio Augusto Menegon
Data: 12/08/2021 11:32:03-0300
CPF: 018.385.879-42
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

 Documento assinado digitalmente
Lucio Jos Botelho
Data: 12/08/2021 11:53:28-0300
CPF: 312.851.719-34
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

 Documento assinado digitalmente
Lauro Francisco Mattei
Data: 12/08/2021 11:48:45-0300
CPF: 308.981.619-91
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

 Documento assinado digitalmente
Ana Luiza de Lima Curi Hallal
Data: 12/08/2021 13:22:26-0300
CPF: 616.987.250-00
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

 Documento assinado digitalmente
Antonio Fernando Boing
Data: 13/08/2021 10:10:59-0300
CPF: 030.294.329-39
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

 Documento assinado digitalmente
Sergio Fernando Torres de Freitas
Data: 13/08/2021 02:33:55-0300
CPF: 614.828.037-04
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>